

TURISMO

Estudo encomendado pela plataforma Airbnb à Fundação Getúlio Vargas aponta geração de bem e incremento na economia do DF, no ano passado, mas especialistas demonstram preocupação com o setor que cresce de forma desordenada

DF movimentou R\$ 1,3 bi com Airbnb

» VANILSON OLIVEIRA

As locações por temporada movimentaram R\$ 1,3 bilhão no Distrito Federal em 2024, gerando R\$ 351 milhões em renda para profissionais e empreendimentos locais. Esses dados fazem parte de um estudo produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido da plataforma Airbnb, que mostra o incremento do serviço na capital. No entanto, o crescimento

desenfreado das plataformas de locação por temporada vem gerando preocupações nas principais cidades turísticas do país, com projetos de lei sendo apresentados para regulamentar a atividade.

De acordo com os dados inéditos cedidos ao **Correio**, R\$ 109,4 milhões foram arrecadados em tributos diretos associados às estadias, enquanto a soma dos impactos adicionou R\$ 711,2 milhões ao Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal, contribuindo

ainda com a manutenção de 8 mil empregos ao longo do ano. Em escala nacional, o Airbnb movimentou R\$ 99,8 bilhões na economia brasileira em 2024, sustentando, segundo o estudo, 627,6 mil empregos e gerando R\$ 8 bilhões em tributos diretos, além de contribuir com R\$ 55,8 bilhões para o PIB do país.

De acordo com a líder de políticas do Airbnb no Brasil, Carla Comarella, Brasília possui características distintas por ser a capital federal, o que acaba atraindo um fluxo

de pessoas que tem agenda política, eventos nacionais, realização de concursos públicos, além de tratamentos médicos em hospitais de referência. De acordo com a FGV, a atividade somou R\$ 840,4 milhões em efeitos diretos e R\$ 434,5 milhões em efeitos indiretos na economia da capital.

Carla explicou que a cada R\$ 10 gastos por hóspedes, outros R\$ 52 circulam em setores como alimentação, transporte, comércio e lazer. "A gente mediu, por intermédio da FGV, o impacto em diversas

cidades e, aqui em Brasília, o número é muito relevante. A movimentação econômica chegou a R\$ 1,3 bilhão, o que mostra o quanto a cidade está acolhendo viajantes e absorvendo essa demanda”, destacou. “Esse valor não é para o Airbnb, é para a cidade. É o quanto Brasília teve de benefício econômico com essa movimentação”, completou.

Segundo ela, o estudo mede não apenas o valor das diárias, mas o impacto na cadeia de serviços e empregos gerados. “Na hora que você está injetando dinheiro na cidade, as pessoas consomem nos bairros. Aquela padaria que aumentou a demanda precisa contratar mais alguém. O estudo mede exatamente isso: os empregos diretos e indiretos criados para atender essa nova demanda”, explicou.

Carla também destacou o impacto tributário da atividade, explicando que tanto o proprietário do imóvel quanto a plataforma pagam impostos. “Hoje, o anfitrião que decide alugar o seu apartamento precisa pagar Imposto de Renda sobre o valor recebido. Esse tributo vai para o Fundo de Participação dos Municípios, e o município pode buscar essa arrecadação. Ou seja, o imposto retorna para a cidade. Há pagamento de impostos dos dois lados: o do anfitrião, pelo Imposto de Renda, e o do Airbnb, pelo Imposto Sobre Serviços.

A executiva reconhece, porém, que o planejamento urbano é essencial para que a expansão da atividade seja equilibrada. Ela garantiu que a plataforma vem firmando parcerias com várias prefeituras para contribuir nesse processo. "Fizemos uma parceria com a prefeitura de Florianópolis para dividir dados de movimentação turística e ajudar no planejamento dos momentos de pico. A ideia é permitir que o município entenda o fluxo de visitantes e as regiões que precisam de mais atenção em serviços", explicou.

Questionada sobre as medidas que alguns países vêm tomando contra a plataforma, como Nova Iorque, Paris e Barcelona, que na semana passada proibiram definitivamente a plataforma, ela disse que o Brasil possui características geográficas distintas e que, diferentemente dos países europeus, precisa do turismo. “Essas cidades têm geografia limitada e demanda turística muito alta. O Brasil está em outro momento: quer atrair mais visitantes, gerar emprego e desenvolver o turismo interno. A gente se vê como um parceiro do país nesse processo de desenvolvimento econômico. O turismo é um motor de desenvolvimento, e estamos alinhados com o governo federal e com as cidades nesse objetivo”, concluiu.

LIONEL BONAVENTURE



Plataforma, que tem movimentado e economia no DF, preocupa o setor

Concorrência desleal

O crescimento acelerado das plataformas digitais de locação por temporada preocupa empresários do setor. Para o presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), Alexandre Sampaio, a prática tem provocado concorrência desleal, perda de arrecadação tributária e desequilíbrio estrutural no setor de turismo e hotelaria de todo o país. Segundo ele, é preciso regulamentar o setor, a fim de evitar o que já vem ocorrendo em outras cidades do mundo.

Ele destaca que o Brasil precisa “aprender com os erros das grandes capitais europeias” antes que o fenômeno se torne irreversível. “Nós estamos numa luta titânica para garantir equilíbrio no mercado. O objetivo não é acabar com as plataformas, que são inexoráveis, mas assegurar que elas contribuam adequadamente com os municípios e que a concorrência com os hotéis seja justa”, afirma Sampaio.

Sampaio explica que a FBHA tem atuado em duas frentes legislativas. A primeira é a reforma tributária — para garantir o recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) no local onde o serviço é prestado — e a atualização da Lei do Inquilinato, para redefinir o conceito de locações de curta duração. “Queremos que o ISS seja recolhido no município onde ocorre a hospedagem, e não apenas em São Paulo, onde fica a sede da empresa. Isso permitiria uma distribuição mais justa da arrecadação”, frisa.

Ele cita algumas cidades que já aprovaram legislações locais, como Caldas Novas (GO) e Teresópolis (RJ), permitindo que os condomínios residenciais ou mistos vetem o uso de apartamentos para hospedagem por plataformas digitais.

O dirigente reforça ainda que a própria Receita Federal passou a exigir a declaração obrigatória de rendimentos dos anfitriões, o que, segundo ele, “corrige uma distorção histórica”. “A Receita comprou essa briga porque o governo

precisa de recursos. O Airbnb foi instado a fornecer todas as locações feitas no Brasil, e muita gente está sendo notificada porque não recolheu o Imposto de Renda. Cerca de 70% dos anfitriões não pagavam. Isso vai mudar”, alerta.

Cautela

O presidente da FBHA também manifesta preocupação com o que chamou de “turismo predatório” ou “rollover tourism”, fenômeno já observado em cidades como Barcelona e Lisboa, onde o excesso de hospedagens em plataformas digitais provocou o encarecimento dos aluguéis e a expulsão de moradores das áreas centrais.

A professora Marcela do Nascimento Padilha, do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que estuda as transformações urbanas ligadas ao turismo e à economia da partilha, vê a expansão do Airbnb com cautela. Para ela, o Brasil está repetindo um padrão observado em capitais turísticas da Europa, onde o boom das plataformas digitais trouxe prosperidade momentânea, mas também provocou distorções urbanas e sociais. “Plataformas, digitais como Airbnb e Booking, vêm ganhando destaque nos destinos turísticos, não apenas nos mais badalados, mas também em locais menos conhecidos. Em países, como Espanha, França e Itália, essas plataformas já provocaram aumentos expressivos nos aluguéis residenciais. Esse é hoje o principal problema identificado”, afirma a professora.

Segundo Marcela, embora o país ainda esteja consolidando seu setor de turismo, com ações promovidas pela Embratur é preciso vir acompanhado de regras claras e visão estratégica. "Cidades como Brasília, Rio de Janeiro e Salvador são portas de entrada do turismo internacional. São elas que mostram os maiores impactos, inclusive na locação de curta temporada", pontua. (VO)

SALÃO DO IMÓVEL

ADEMI BRB

2025

20 A 23 NOV
DAS 10H ÀS 20H

NO CENTRO DE CONVENÇÕES
ULYSSES GUIMARÃES

OPORTUNIDADE ÚNICA

OS MELHORES
IMÓVEIS JUNTOS
EM UM ÚNICO LOCAL

TAXAS A PARTIR DE

10,65%*

AO ANO

FINANCIAMENTO

DE ATÉ 90%*

DO VALOR DO IMÓVEL

*PARA EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO BRB

PARCEIROS DE MÍDIA:

APOIO:

REALIZAÇÃO:

PATROCÍNIO MASTER:



**CORREIO
BRAZILIENSE**

ABOIO[®]

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO MASTER:

